

DAS (IM)POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE UM PSICANALISTA NA ESCOLA

OF (IM)POSSIBILITIES OF A PSYCHOANALYST'S WORK IN SCHOOL

Allan Martins Mohr¹

Luciana Albanese Valore²

RESUMO

Este estudo teórico tem por objetivo discutir a questão das possibilidades e impossibilidades de se fazer psicanálise na escola. Para tanto, inicia-se com uma reflexão sobre uma experiência concreta de atuação numa instituição de ensino superior, analisando-se as demandas configuradas e os impasses aí delineados, para, em seguida, confrontarem-se os conceitos de sujeito para a psicanálise e de indivíduo na educação escolar. Por fim, investigam-se as proposições concernentes à psicanálise aplicada, no intuito de verificar sua viabilidade no contexto escolar como uma possibilidade de escuta do sujeito do inconsciente.

Palavras-chave: Psicanálise. Educação. Escola.

ABSTRACT

This theoretical study aims to discuss the question of the possibilities and impossibilities of doing psychoanalysis in school. To this end, begins with a reflection on a concrete experience of work at an institution of superior education, analyzing the set demands and dilemmas outlined, to then confront the concept of subject for psychoanalysis and individual for the school education. Finally, we investigate the propositions concerning applied psychoanalysis in order to verify their viability in the school context as an opportunity to listen the subject of the unconscious.

Keywords: Psychoanalysis. Education. School.

¹ Mestre em psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Psicólogo. Atua como psicólogo na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e docente de psicologia na Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL).
E-mail: allan.mohr@gmail.com.

² Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Mestre em Psicologia Social pela USP. Psicóloga. Professora associada do Departamento de Psicologia e coordenadora do programa de pós-graduação em Psicologia da UFPR.
E-mail: lu5valore@gmail.com.

DA NEGATIVA PRIMORDIAL, O CERNE DE UM DESEJO

*Um dia me disseram
que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram
que os ventos às vezes erram a direção
Quem ocupa o trono tem culpa
Quem oculta o crime também
Quem duvida da vida tem culpa
Quem evita a dúvida também tem...*

Engenheiros do Hawaii (Trecho da música “Somos quem podemos ser”).

Um dia me disseram que não se faz psicanálise na escola. Entretanto, como ensina a música, quem evita a dúvida tem culpa. Dessa forma, tomado por uma hipótese de antemão inscrita no – e pelo – desejo de que se pode, no mínimo, pensar a respeito da possibilidade de aplicação da psicanálise numa instituição escolar é que se duvidou dessa afirmação. Portanto, foi referenciando a ética do desejo do sujeito que se permitiu retornar a essa afirmação e transfigurá-la em uma questão de pesquisa: é possível se fazer psicanálise na escola?

Antes de prosseguir, todavia, cabe dizer que pensamos a psicanálise como um método de escuta do sujeito que promete, “unicamente”, escutar. E pressupomos como consequência dessa escuta que algo pode (e frise-se, pode) ser modificado na vida daquele que se autorizou a ser escutado. É, por conseguinte, partindo desta suposição e por um desejo de saber das possibilidades e impossibilidades de uma determinada prática que nos propusemos duvidar.

TRABALHOS E DIAS³

Um dos autores deste estudo trabalha em uma instituição de ensino superior, em um núcleo de atendimento a discentes, recém-estruturado. Desse aspecto do núcleo surge o fato de que as ações e a forma de trabalhar ainda estão incipientes, muito embora cada profissional tenha e saiba suas atribuições.

No núcleo circulam conjuntamente vários profissionais: pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, estagiários e ainda alguns outros profissionais de áreas diversas. A criação deste tem como meta, conforme o discurso da instituição, resolver um problema: a evasão escolar. Dessa forma, o trabalho desenvolvido tem sido o de identificar os alunos com dificuldades (cuja procura pode ser voluntária ou por encaminhamento docente) e auxiliá-los a retomar seus estudos.

Foi no contexto de seu início profissional, como psicólogo escolar atravessado pela psicanálise, que o mencionado autor se apresentou à equipe desse núcleo, na época ainda em constituição. Em uma conversa, e

³ Referência ao texto de Hesíodo (2010), de mesmo título.

referindo-se ao referencial que o constrói profissionalmente, tal profissional foi interpelado com a “afirmação do mestre⁴”: “aqui você não fará psicanálise!”. Como assim?

O trabalho específico que a psicologia e a pedagogia desenvolvem no setor é o de **conversar** com os alunos e **orientá-los** para retomarem suas vidas da melhor maneira possível, principalmente no que concerne aos estudos, notas e frequência. Da parte do pesquisador referido, considerando outra dimensão nos atendimentos – a dimensão do sujeito –, pode-se dizer que sempre se propôs a **escutar** aqueles estudantes. E, como um dos primeiros alunos que atendeu, estava Eduardo⁵.

Este aluno foi encaminhado ao núcleo por seu excesso de faltas, além de outras questões. Nos atendimentos, contou que não vinha às aulas porque tinha dificuldade em acordar cedo, e disse também que não conseguia manter uma rotina, que não tinha energia e que era bipolar, como seu pai. Um fato prendeu a atenção: o aluno fazia acompanhamento psicológico, mas o havia interrompido. Contou que não quis mais ir à terapia, pois a psicóloga só dizia o que ele tinha de fazer, como respeitar sua mãe, não faltar às aulas etc. E isso, ele já sabia.

De acordo com as orientações que o profissional recebia no núcleo, caberia ao psicólogo apontar ao aluno suas faltas, reprovações, prejuízos, bem como o quanto sua mãe estava preocupada com ele. Por outro lado, Eduardo, em partes, já sabia disso tudo. Assim, desistiu-se de orientá-lo, e continuou-se a escutá-lo, apostando em favor do sujeito, com base na suposição de que, para além dos fenômenos das faltas, algo a mais existia.

Nesse conflito entre a demanda⁶ que partia da escola e o aluno que alertava para outros aspectos, ressurgiu o mesmo questionamento feito frente à “afirmação do mestre”. Mas, dessa vez, o conflito estava vivo, na prática.

POR UMA GENEALOGIA DA QUESTÃO

A princípio, a pergunta de pesquisa nasceu de um choque de expectativas, e podemos supor que não foi barrado da escola o psicólogo, mas a teoria que embasa seu trabalho. O discurso e o arcabouço teórico, portanto, é que não eram permitidos. Mas, se o discurso do qual se apodera o profissional é barrado, não fica também ele próprio invalidado em sua atuação? Estaria o psicólogo sendo orientado a aceitar e praticar outro discurso – o discurso daquela instituição escolar – com suas demandas e expectativas?

Ao pensar na questão proposta, parece sensato falarmos em uma questão epistemológica, pois implica uma revisão do que é “isso” mesmo que não se pode fazer na escola. E, ademais, o que é “isso” mesmo que

⁴ Referência ao “discurso do mestre”, conforme estudado por Jacques Lacan.

⁵ Nome fictício.

⁶ É necessário pontuar que, apesar de estarmos cientes da especificidade conceitual acerca do termo “demanda” para a psicanálise, e principalmente para a vertente lacaniana, além da diferenciação precisa entre os conceitos de “necessidade”, “demanda” e “desejo”, nesse trabalho nos utilizaremos do termo “demanda” para denotar o pedido, ou os pedidos (nas dimensões consciente ou inconsciente), da escola para o profissional psicólogo e/ou para o aluno.

se faz quando se diz fazer psicanálise. E mais, pensar o que seria impeditivo em um trabalho que se propõe a considerar e escutar a subjetividade, de atuar na “instituição social oficial” de formação de sujeitos.

Porém, antes de prosseguirmos, cabe ir mais fundo em nossa questão. Quando dizemos que a psicanálise, ou melhor, o psicanalista se propõe a escutar os sujeitos e ao mesmo tempo afirmamos que a escola é a instituição oficial de formação de sujeitos, definitivamente não falamos da mesma “coisa”.

O conceito de sujeito para a psicanálise, como discutido por Lacan em seu retorno à Freud, só pode ser entendido à luz das teorias psicanalíticas, principalmente a teoria das pulsões, do inconsciente e do aparelho psíquico. O sujeito da escola (que doravante chamaremos de indivíduo para efeitos de diferenciação) é o ser humano com seu potencial de desenvolvimento.

Um parêntese: cabe apontarmos uma diferença importante, uma diferença entre educação e escola. Entendemos que educação é uma instituição que tem por objetivo, correlato ao da psicanálise, de favorecer a emergência do sujeito do desejo, instaurando um antes e um depois – vale lembrar que Freud pontuava que sua teoria poderia ser pensada como uma pós-educação. Como coloca Lajonquière (2010, p. 79): “[...] o sujeito da educação é o mesmo sujeito do desejo sexual infantil e inconsciente: não há um sem o outro, e vice-versa, no interior da única existência que conta – aquela do campo da palavra e da linguagem –, pois para nós ‘humanos’ todo o restante é ironicamente ‘papo-furado’.”

Consideramos a instituição escolar, ou o dispositivo escolar, por sua vez, como a escola propriamente dita e seus ideais formativos; um espaço que deveria favorecer a educação, mas que, atualmente, parece encontrar algumas dificuldades específicas.

Retomando a questão do sujeito, pode-se pensar que o sujeito da educação escolar é o indivíduo que nasce imaturo e que, através de estímulos corretos, somado ao seu potencial de desenvolvimento natural, pode chegar ao patamar de homem/mulher de sociedade. Um lugar idealizado, imaginarizado. É um ser humano que pode ser bom ou mau, dependendo da escolarização e da instrução que lhe coube nas vicissitudes da vida.

Em contrapartida, em primeira e última instância, o sujeito para a psicanálise é o sujeito do conflito psíquico. Conflito esse que pode ser pensado como a relação consciente-inconsciente; explícito-implícito; pensamento manifesto-latente; ideia manifesta-recalcada; processos primários-secundários; e tantas outras questões que surgem a partir da descoberta freudiana.

Com o auxílio de Cabas (2009), entendemos que o próprio Freud não se propôs a conceituar o termo sujeito, mas é notável como o pensou ao longo de sua obra. Cabas afirma que Freud muito raramente utilizou-se da palavra sujeito, e aponta uma dessas vezes no texto “Os instintos e suas vicissitudes”. Nele, Freud (1996d, p. 133) escreve: “uma pessoa estranha é mais uma vez procurada como objeto; essa pessoa, em consequência da alteração que ocorreu na finalidade instintual, tem de assumir o papel do sujeito”.

À parte toda a denotação de sujeito nessa colocação freudiana, Cabas (2009, p. 23) aponta que o termo aparece justamente quando Freud vem nos explicar sobre a pulsão. Ele afirma com isso, e após certas considerações, que o sujeito é “um efeito do circuito pulsional”.

Tomando outro aspecto do conceito de sujeito para a psicanálise, sabemos que não existe a possibilidade de pensar a teoria ou qualquer pressuposto freudiano, sem considerar a existência do inconsciente, do inconsciente recalcado, a grande descoberta de Freud. E, ao estudar sobre o recalcado deparamo-nos, como mostra Cabas (2009), com a questão do desejo. Do desejo inconsciente. Em poucas

palavras, podemos dizer que o homem é possuidor, ou melhor, possuído por um desejo inconsciente; um inconsciente e um desejo dos quais nada sabe, mas que não param de tentar se fazer presentes nos sintomas, sonhos, atos falhos; e em todos os lugares, inclusive na escola.

Eis o sujeito, quando se trata de psicanálise. Sujeito caracterizado por um conflito psíquico. Como afirma Quinet (2008, p. 23), “Freud formula portanto, logo de início, a subjetividade humana em conflito, [...], designando a divisão do sujeito entre o que ele quer inconscientemente e o que ele conscientemente não quer ou ignora que quer”.

Em contrapartida, a escola não trata com esse sujeito. Ao contrário, o indivíduo do dispositivo escolar é o sujeito do desenvolvimento cognitivo. Um sujeito pensado como podendo se tornar mestre, suposto dono de si e de seus pensamentos.

Com essa diferenciação e retomando nossa questão de pesquisa, nos perguntamos se cabe a possibilidade de trabalho de um psicanalista em uma instituição de ensino. O trabalho de alguém que se propõe a escutar sujeitos, em um local onde se formam indivíduos.

DAS PARTES EM JOGO

A psicanálise, ou “análise da alma”, é descrita por seu criador como uma terapia capaz de libertar “alguém de seus sintomas, inibições e anormalidades de caráter neuróticas” (FREUD, 1996g, p. 231). Então, por que não pensar a psicanálise como capaz de contribuir dentro da escola? Principalmente se pensarmos nas inibições do aluno na escola, nas dificuldades em estudar, e em outras questões dos sujeitos no ambiente escolar?

A escola, por sua vez, pode ser concebida como uma instituição com um papel essencial na vida do ser humano. Ela é um dos lugares onde – dentre outras atribuições – se pode vislumbrar um auxílio à criança frente à necessidade de encontrar um objeto outro que lhe permita sair da tragédia edípica e prosperar em seu desenvolvimento social. Para isso, a criança deverá entrar numa outra trama; a trama do saber. Saber social que ela aprende por meio da escola na medida em que está pautada nas leis e no convívio com seus pares e mestres em outro ambiente que não o familiar.

Santiago (2005, p. 65) explica que a partir da elaboração freudiana pode-se ainda concluir que a escola, ou melhor, o ato de educar pode ser atribuído a “uma relativa ação profilática, muitas vezes, capaz de remediar a ‘inibição do pensamento’ [...] e garantir o ‘desenvolvimento intelectual’ [...] de maneira geral”.

Sintetizando, a escola tem o papel de auxiliar a despertar no aluno um desejo tal que proporcionará descobertas e conhecimentos que o encaminharão na vida a fim de torná-lo, na medida do possível, intelectualmente desenvolvido, desinibido em seu pensamento e maduro socialmente. A escola tem, como um de seus papéis, educar, ou seja, auxiliar a criança a entrar no mundo simbólico. Contudo, parece que atualmente, como nos mostra Lajonquière (1999; 2010) e outros autores, a escola está mais preocupada em formar homens ideais (uma tarefa impossível por estrutura), do que sujeitos educados!

Foi dito anteriormente que a questão aqui proposta é uma questão que se faz válida epistemologicamente; contudo, podemos também pensá-la quanto à prática psicanalítica, uma vez que epistemologia e práxis estão sempre relacionadas quando se pensa em psicanálise.

Sobre essa prática tal aproximação entre a psicanálise e a escola tem algumas particularidades. É o próprio Freud, aliás, quem vai nos lembrar de que educar, curar e governar são profissões impossíveis. Ao lado de todas as implicações que essa afirmação carrega, pode-se questionar como duas profissões impossíveis viveriam em um mesmo ambiente – o ambiente escolar. E, ademais, como trabalhar com psicanálise em uma instituição de ensino?

A DITA PSICANÁLISE APLICADA

Alguns psicanalistas têm por modelo de atuação o que se convencionou chamar de Psicanálise Aplicada – conceito este que foi bem trabalhado por Jacques-Alain Miller⁷ – e que, segundo Mattos (2003, p. 19), é a imersão da psicanálise pura nas instituições, em suas palavras: “é a aplicação da psicanálise a certos campos sociais, os campos do mal-estar na civilização onde os fundamentos da psicanálise estão aplicados”.

Ou, ainda, como afirma Mezan (2002, p. 318): a psicanálise aplicada seria “a parte da psicanálise que procura focalizar, em produtos humanos que não surgem no consultório, os mecanismos típicos que conhecemos”.

Poderíamos, então, pensar em uma aplicação da psicanálise na escola? Seria essa uma possibilidade de atuação do psicanalista no ambiente de ensino?

POR UMA DELIMITAÇÃO INICIAL

Tendo por norteadoras as discussões até aqui elencadas, é válido retomar a questão: existe a possibilidade de atuação de um psicanalista – através, não de orientação e cobrança, mas da escuta do sujeito – na escola? E, se sim, quais as possibilidades e impossibilidades dessa atuação?

Frente à realidade profissional que se apresentava ao nosso autor, buscaram-se estudos que tratassem de uma possível aplicação da psicanálise na escola em atendimento a alunos, com o intuito de responder as perguntas anteriormente colocadas. Contudo, percebeu-se que não existem respostas.

Desde Freud vemos trabalhos dedicados a pensar a interface psicanálise e educação, alguns com mais destaque, como por exemplo os trabalhos de Anna Freud, Catherine Millot, Leandro de Lajonquière, Mireille Cifali, Maria Cristina Kupfer, Maud Mannoni entre incontáveis outros. Entretanto, os textos que tratam dessa conversa entre impossíveis normalmente estão relacionados: à possibilidade de emprego da teoria psicanalítica como apoio para pensar a construção de projetos pedagógicos, como no texto de Moura e Silva (2009); à atuação de psicanalistas externos à instituição com o objetivo de intervenção em grupos de participantes do meio escolar, como o texto de Coutinho e Rocha (2007); à crítica das práticas pedagógicas a partir do arcabouço teórico da psicanálise, como no texto de Lajonquière (1999); à análise (em consultório

⁷ Para maiores detalhes, indicamos o texto *Psicanálise Pura, psicanálise aplicada & psicoterapia* (MILLER, 2001).

particular) de escolares, sejam eles “especiais” ou “fracassados”, como no livro de Bergès, Bergès-Bounes e Calmettes-Jean (2008); ou ainda, ao estudo e atuação em instituições para a educação de crianças e jovens com doenças graves (sejam neuróticas ou psicóticas), como nos ensinamentos de Maria Cristina Kupfer acerca da instituição “Lugar de Vida”, e de Maud Mannoni acerca da “Escola Experimental de Bounneuil-sur-Marne”.

Entretanto, não foram encontrados trabalhos que especifiquem a atuação de um psicanalista inserido na escola como contratado, nem que versem sobre atendimentos realizados por psicanalistas dentro dessa mesma escola. Talvez – e de início se faz importante pontuar este fato – isso ocorra porque um psicanalista não é contratado como psicanalista para compor o quadro de funcionários da instituição; a experiência mostra que normalmente são psicólogos, contratados como psicólogos escolares, embasados e atravessados pela psicanálise.

Como consequência desses fatos, acreditamos que este estudo mostra-se pertinente pela escassez de trabalhos que consideram a realidade de atuação dos psicanalistas que voltaram sua escuta aos sujeitos dentro da escola. Todavia, inúmeros são os trabalhos voltados à psicanálise em hospitais, centros de atendimento à saúde e educação com vias terapêuticas – o que podemos conjecturar ser devido ao próprio surgimento da psicanálise, que nasce com uma proposta de cura da neurose. Mas tais fatos não deveriam acuar estudos como este.

Essa questão gera outra: um profissional, contratado como psicólogo escolar, pode dizer-se psicanalista na escola? Essa reflexão claramente abriria outro campo de pesquisa acerca da formação do psicanalista. Porém, este não foi nosso foco de estudo. Para essa pesquisa cabe delimitar que nossa reflexão foi pautada no psicólogo escolar atravessado pela psicanálise, nomeie-se ele psicanalista ou não.⁸

Este estudo teórico leva em consideração dois focos de estudo da psicanálise, como já descrito acima, para responder a pergunta das possibilidades e impossibilidades de trabalho de um psicanalista na escola; a saber: a psicanálise aplicada (ou como dizia Lacan, a psicanálise em extensão) e a interface psicanálise e educação. Do primeiro campo, depreendemos que a psicanálise pode sim ter sua importância em relação com outros saberes, seja a mitologia, a pedagogia, a medicina etc. O próprio Freud elencava a psicanálise como um campo da psicologia, e como tal, um ramo da ciência que poderia, e muito, conversar com seus pares. Contudo, como mostram os estudos agrupados no livro *Pertinências da psicanálise aplicada*, da Associação do Campo Freudiano (2007), se a psicanálise for aplicada, alguns pontos de sua técnica deverão ser “ajustados”, muito embora sua metodologia e seu corpo teórico permaneçam o mesmo. Mas isso é especificidade para outro estudo.

Do segundo campo, por sua vez, compreendemos que a psicanálise pode trabalhar em conjunto com os dispositivos sociais educativos, inclusive a escola, com o intuito de auxiliar a pensar a educação. E aqui cabe lembrar a significativa diferença entre educação e escola.

⁸ Aqui se coloca uma diferença sutil, mas de suma importância frente à nossa questão de pesquisa. Optamos por desenvolver esse estudo com o postulado de que o psicanalista é *a priori*. Em outras palavras, que o psicanalista pode ser considerado como aquele “um” atravessado pelos conhecimentos e, quiçá, saberes desenvolvidos e estudados pela ciência do inconsciente. Contudo, sabemos que alguns estudiosos da psicanálise – e com eles concordamos também – tem outra visão acerca do que é, ou quem é, o psicanalista. Para eles, o psicanalista não é *a priori*, mas sempre se faz na relação com o analisante. Essa visão de um psicanalista *a priori*, a qual optamos por levar adiante, é apenas para nos auxiliar nas questões aqui desenvolvidas.

AS (IM)POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE UM PSICANALISTA NA ESCOLA

Mas é preciso, finalmente, iniciarmos nossas considerações e análises sobre a possibilidade do trabalho de um psicanalista na escola. Dessa forma, se nos utilizarmos de nossas reflexões acerca da psicanálise aplicada – apoiadas nos estudos organizados pela Associação do Campo Freudiano (2007) –, podemos responder à questão primeira de nosso estudo e afirmar que é possível, sim, trabalhar com psicanálise aplicada na escola. Igualmente, se nos apoiarmos nas construções destes psicanalistas, estaremos propensos a responder a outras questões adjuntas, entretanto, com ressalvas.

Existe a possibilidade de atuação de um psicanalista inserido numa escola, na atuação em atendimento a alunos? Pode ser que sim; seria a resposta. Entretanto, não se podem ter garantias, *a priori*, de que a atuação em um atendimento será uma psicanálise. À parte toda a reflexão necessária em relação à transferência nessa tríade psicanalista-instituição-aluno, a reflexão acerca do ato psicanalítico se coloca frente a essa pergunta. Não se pode saber de antemão se o que se desenrola em um atendimento será uma psicanálise. Pode-se ir para o atendimento com o desejo do analista, mas não se pode ter a certeza de que a relação será analítica. Portanto, se a pergunta é se existe a possibilidade de atuação de um psicanalista na escola, em um núcleo de atendimento psicopedagógico, a resposta deve ser: pode ser que sim. Entretanto, nada o pode garantir de antemão. Nada o pode no sentido de que mesmo com o desejo do analista de escutar esse sujeito em sua singularidade, a recíproca pode não ser verdadeira. Ou as condições impostas pela escola ou o momento de vida do aluno podem não ser favoráveis. Vale lembrar-se de Izabel⁹, aluna que frequentemente procurava nosso núcleo para se queixar de seus professores, do sistema de ensino e de suas dificuldades nas disciplinas. Por diversas vezes tentou-se abordar seu posicionamento frente a essas questões. Sempre respondia que sabia de suas responsabilidades, mas não se propôs a pensar sobre elas, apenas se queixava e exigia uma solução (não diferente de alguns pacientes no consultório, diga-se de passagem).

Ainda, outra pergunta: quais as possibilidades e impossibilidades de alcance dessa atuação? Em última análise, as impossibilidades de atuação do psicanalista na escola poderiam ser pensadas como correlatas às impossibilidades da empresa educativa que se condensam na idealização de um desenvolvimento humano natural e de ter como fim um lugar reservado no Monte Olimpo; isto é impossível. A escola, com seu ideal de um desenvolvimento humano natural, como nos explica Lajonquière (1999), elege um “lugar ótimo” que a criança deve atingir para se tornar um adulto adequado à sociedade. Contudo, tentar “orientar” os jovens, “sugerir” caminhos ótimos é, desde Freud, um objetivo que dificilmente nunca alcançado; isso porque o próprio Freud se deu conta de que a sugestão não o levaria longe, algo que fala mais alto escapa. Querer pelo outro ou querer que o outro queira o que eu quero para ele, são objetivos impossíveis da educação.

Considerar um lugar ideal onde a criança deve chegar e tentar encaminhá-la para esse lugar é desconsiderar o caso a caso, o sujeito particular, único. É impossível tomar o imaginário como real. Consequentemente eis uma das impossibilidades do psicanalista na escola. Ele não pode partilhar desse

⁹ Nome fictício.

significante-mestre da civilização, mesmo sendo contratado pra tal! Como disse Lacan (1997, p. 159), o psicanalista não pode oferecer o ideal, pois “não somente o que se lhe demanda, o Bem Supremo, é claro que ele não o tem, como sabe que não existe”.

Contudo, se o psicanalista não pode ter em voga o ideal da instituição escolar, em que se baseia o trabalho do psicanalista na escola? Freud (1996c, p. 244), em seu breve escrito, *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*, diz que:

A escola nunca deve esquecer que ela tem de lidar com indivíduos imaturos a quem não pode ser negado o direito de se demorarem em certos estágios do desenvolvimento e mesmo em alguns um pouco desagradáveis. A escola não pode adjudicar-se o caráter de vida: ela não deve pretender ser mais do que uma *maneira* de vida.

“Isso” o psicanalista ao trabalhar em uma escola deve levar em conta. A escola é uma **maneira** de vida, uma opção, um momento entre vários. Mesmo atualmente, a escola não deveria se intitular como “O Lugar da Vida”, mas apenas como um “Lugar de Vida”¹⁰. Histórias de sujeitos que viveram sem, ou com pouca escola estão aí para nos provar a atualidade da pontuação freudiana – e aqui cabe enfatizar, novamente, a diferença entre educação, no sentido de formação do sujeito social, e escola! Não é provável que se possa viver na sociedade sem o mínimo de educação, sem um tanto de castração e compartilhamento simbólico! Tampouco é válido pensar que a escola é prejudicial ou não deve ser parte da vida do sujeito. Como afirma Kupfer: “quem está na escola pode receber o carimbo de criança” (2001, p. 92).

O sujeito que nela entra pode sair rápido, demoradamente ou não querer sair. É uma “escolha” do sujeito. O psicanalista deve saber disso – mesmo querendo se juntar à pulsão de vida do paciente e encaminhá-lo para uma vida mais “saudável”. O sujeito pode não desejar isso naquele momento. E isso, diferencia o psicanalista do discurso (psico)pedagógico hegemônico, como descrito por Lajonquière (1999).

O psicanalista na instituição deve fazer ponto de corte no discurso repetitivo do mestre, mas sem ser “contramestre”, como nos dirá Stevens (2007). Deve servir de barra para o ideal. Deve barrar, quebrar as lógicas e possibilitar, com isso, o advento do sujeito – ou pelo menos deve tentar. O sujeito se constitui sob a sombra de um ideal, mas crer que esse ideal seja alcançável, como o faz a pedagogia e a psicologia, é desconhecer a falta inerente a todo ser humano. Voltolini (2007, p. 123-124) afirmou em seu texto *A relação professor-aluno não existe*, que:

A imagem já célebre do rato preso numa caixa que o limita, “privado em suas necessidades vitais”, a obedecer ao comando do experimentador que deseja que ele “aprenda” certos truques que lhe garantirão a vida, guarda um valor paradigmático cujo significado seria importante analisar, não naquilo que nisso mostraria d’A aprendizagem (o maiúsculo servindo aqui para marcar a ambição de encontrar uma lei geral do funcionamento humano), mas naquilo que isto guarda de relação com as vicissitudes da Educação atual.

¹⁰ “Lugar de Vida” é referência ao Centro de Educação Terapêutica Lugar de Vida, em São Paulo.

Entende-se que uma posição e um trabalho possível do psicanalista na escola possa ser o de promover uma reflexão sobre essa corrente psicologizante da educação escolar; psicologização específica que tenta responder a todas as angústias psicopedagógicas referentes aos “problemas dos sujeitos” e acertar os comportamentos dos educadores e educandos. Não é ser “mais um” que emprega saberes de especialista para dizer e apontar o mau-funcionamento da máquina-criança; o psicanalista na escola deve ser “um entre vários”, e talvez o “único entre vários” que vai se por a trabalho no sentido de não saber tudo o que é certo sobre aquela criança e poder oferecer um espaço, dentro da escola, para que ela obtenha um saber sobre si mesma e sobre seu desejo, e assim tornar-se sujeito.

Voltolini (2007, p. 128) diz que “o experimentador acredita poder atingir seus resultados controlando variáveis de um tal modo que o ‘instrumentalize’ a instalar a resposta adequada”. Em contrapartida, o psicanalista sabe, como diz Lacan, que o Bem Supremo não existe. Não existe a resposta adequada, ideal. Uma resposta certa ou uma resposta errada, uma resposta boa ou uma resposta má. Existe uma resposta possível do sujeito – mesmo que essa resposta possível cause sofrimento a este mesmo sujeito, dizer que é uma resposta errada é empregar julgamento de valor; e o psicanalista deve se abster de julgar o paciente, ou no caso o aluno, a partir de seus próprios valores. Seja ela o fracasso escolar, a nota baixa, as faltas excessivas, a desatenção ou o não aprender, essa resposta diz de algo desse mesmo sujeito, de seu conflito e de seu desejo. Entretanto, não se trata de permitir toda e qualquer resposta do sujeito. Mas, é escutar e, na medida do possível, levar o aluno a pensar sua implicação nessa resposta.

Quanto à moral do certo e errado, Nietzsche (2006, p. 37) já se pronunciou, na voz de Zaratustra, dizendo: “como estou farto daquilo que, para mim, é o bem e o mal! Tudo isso não passa de miséria, sujeira e mesquinha satisfação”.

O trabalho do psicanalista na escola, então, pode ser descrito como a tentativa de escutar esse sujeito; e de trabalhar, junto dele, em transferência, no sentido de repensar essa resposta; em outras palavras, buscando certa sublimação. Não obstante se saiba – como já disse Kupfer (1989, p. 50) certa vez – que “sublimação não se promove”.

Não reivindicamos aqui que o psicanalista seja melhor que o psicólogo ou o pedagogo e muito menos tentamos elencar a função de educador escolar ao psicanalista. Isso ele não o é. A educação e a instrução acontecem pelos pais, educadores, professores, pedagogos e psicólogos. O psicanalista pode, talvez, ajudar a pensar tal empresa.¹¹ Fato é que o psicanalista pode muito pouco. De impossíveis, a psicanálise tem sua própria quota. Talvez, após esse estudo, possamos dizer que o trabalho possível do psicanalista na escola seja oferecer uma escuta diferenciada, com uma direção singular. E só.

Diferente dos que ouvem o indivíduo, com um ideal prefixado, o psicanalista pode oferecer uma escuta que tenderá a levar em conta o sujeito, seu conflito e seu desejo. Mas não pode garantir um ato psicanalítico, não pode garantir uma quebra ou uma barra, não pode garantir que o aluno aumentará suas notas ou voltará para as aulas. E não pode, tampouco, prometer uma diminuição do sofrimento psíquico. Em suma, o psicanalista não pode garantir a felicidade, o Bem Supremo. Pode garantir que o sujeito, com seu desejo, será escutado. Às vezes, nem isso...

¹¹ A psicanálise estaria mais para uma “pós-educação”, como aponta Freud em alguns de seus textos. Para um melhor exame acerca dessa concepção, ver Sobre a psicoterapia (1996a) e Prefácio a juventude desorientada, de Aichhorn (1996e).

Dessa forma, o trabalho do psicanalista no ambiente escolar se encontra para aquém dos ideais da instituição escolar, seu foco está na escuta do sujeito; muito embora saiba que esse não é um objetivo sempre alcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intuito de concluir, cabe pontuar igualmente outro trabalho que o psicanalista pode realizar: a validação de seu próprio discurso, de sua própria atuação. Iniciamos esse estudo com a sentença escolar (a instituição, através de um porta-voz¹², é quem diz isso) que diz: “Não se fará psicanálise na escola”. Como entender tal proibição?

Refletindo sobre o que vimos neste estudo, parece possível entender essa afirmação como a proibição de se questionar os ideais impostos pela empresa educativa aos alunos e aos profissionais que nela atuam. Ideais estes que buscam homogeneizar os indivíduos que a escola forma – homogeneização em relação ao conhecimento, à idade e à subjetividade. É uma proibição de se pensar o sujeito particular, o desejo por vezes destoante do ideal da instituição escolar. Nesse sentido, o psicanalista é uma ameaça à ordem estabelecida das coisas. Ordem que prima pela cronologia e quantidade ótima de conhecimento. Como já dito, a psicanálise ocupa-se de outra coisa; do sujeito e do conflito. Aqui vale lembrar um dos ensinamentos de Frei Guilherme de Baskerville ao noviço Adso de Melk: “os simples tem uma coisa a mais que os doutores, que frequentemente se perdem em busca de leis demasiado gerais. Esses têm a intuição do individual” (ECO, 2010, p. 257).

Todavia é preciso, frente à negativa da possibilidade de um trabalho, que se empregue certa quantidade de energia no sentido de reverter tal situação, segundo o desejo. Não basta que se saiba ser possível o trabalho do psicanalista na escola, mas é preciso que a própria escola saiba o possível que pode ser feito dentro dela. Porém, Freud (1996b, p. 153) já afirmou que:

A sociedade não terá pressa em conferir-nos autoridade. Está determinada a oferecer-nos resistência, porque adotamos em relação a ela uma atitude crítica; assinalamos-lhe que ela própria desempenha papel importante em causar neuroses. [...] As mais ásperas verdades, finalmente, são ouvidas e reconhecidas, depois que os interesses que se feriram e as emoções que se instigam tiveram exaurido a própria fúria. Tem sido sempre assim, e as verdades indesejáveis, que nós, psicanalistas, temos de dizer ao mundo, contarão com o mesmo destino. Apenas não acontecerá muito depressa; devemos ser capazes de esperar.

¹² Conceito amplamente estudado por Pichon Rivière (2005) no livro *O processo grupal*, ao qual remetemos o leitor para maiores detalhes.

Não obstante, parece que a espera tem sido demasiado longa. Ao refletirmos sobre a sentença freudiana acima, não poder fazer psicanálise na escola, pode ser descrito igualmente a não possibilidade, ou ao não desejo da instituição escolar – e da civilização, porquanto o fracasso da escola é o fracasso de uma ordem social – em ver por terra seus ideais e suas ideias, suas teorias e mais caros desejos normatizantes. Muito embora, em outro momento, Freud (1996f, p. 144) também afirmou:

[...] os analistas, como amadores lidando com um equipamento dotado de maiores ou menores recursos, muitas vezes reunidos às pressas, fizeram incursões em áreas de conhecimentos tais como mitologia, história da civilização, etnologia, ciência da religião, etc. Foram tratados pelos peritos dessas áreas de forma não melhor do que o são os infratores em geral: seus métodos e descobertas, na medida em que chamavam atenção, foram liminarmente rejeitados. Essas situações estão melhorando constantemente, e em toda parte há um crescente número de pessoas que estudam psicanálise a fim de utilizá-la em seus setores especializados e a fim de, como se fossem colonizadores, assumir o lugar dos pioneiros. Aqui podemos esperar uma abundante colheita de novos descobrimentos. As aplicações da análise são, também, sempre confirmações dela.

Por diversas vezes ao longo de sua obra, Freud apontou para a resistência da sociedade em aceitar a psicanálise. Uma sociedade que se produz e se reproduz na escola. Uma resistência em aceitar alguns achados e formulações psicanalíticas. “Porque destruímos ilusões, somos acusados de comprometer os ideais” (1996b, p. 153). Entretanto, parece que existem contribuições possíveis que servem, também, para confirmar a validade da própria psicanálise.

Consequentemente, cabe aos psicanalistas validarem sua posição e seu trabalho dentro das escolas. Mas, como? Stevens (2007) vai falar da possibilidade da transmissão. Transmitir à equipe o trabalho desenvolvido pela instituição psicanalista-sujeito, instituição do caso único. Menard (2007, p. 102), ao tratar da transmissão do trabalho em um ambiente com outros profissionais da saúde, diz:

A apresentação de doentes desempenha um papel fundamental para se aceder ao deslocamento operado pela psicanálise em relação à psiquiatria. Isso permite a todos os participantes de um serviço fundamentado em uma abordagem médica ouvir uma outra dimensão que é a do sujeito, e conceber o sintoma não como desvio em relação a uma norma, porém como modo de gozo singular.

Talvez se possa parafrasear Menard e dizer que, para conseguir validar o trabalho do psicanalista na escola, este deve poder transmitir aos profissionais da instituição a dimensão de seu trabalho: a dimensão do sujeito. Talvez, assim, seu trabalho de validação do sujeito e do desejo possa ser validado pela equipe. Porém, novamente, nada se pode garantir.

A partir dessas análises, e com o intuito de finalizar, podemos refletir: com a clareza de que se pode fazer psicanálise aplicada na escola, ou melhor, de que se pode aplicar a psicanálise em atendimentos na escola, deve-se ter o cuidado de manter a não certeza de fazê-la sempre; sabendo que se pode escutar um sujeito/aluno mesmo sem o divã, e em um atendimento em uma instituição, deve-se ter a certeza de que nem sempre ele desejará falar; e que, mesmo sabendo que se pode tentar transmitir à equipe a particularidade do sujeito e do trabalho de escuta deste sujeito, deve-se ter claro que ela pode não desejar escutar.

Com isso, podemos apontar que o trabalho do psicanalista parece ser possível na escola. Mas ele o pode muito pouco, quiçá nada, sem o desejo do sujeito em participar dessa relação. Oxalá os psicanalistas encontrem alguém na escola que esteja disposto a ser escutado em seu desejo e a falar sobre seu conflito; e, com isso, sair do circuito normatizante e alienante do ideal da instituição escolar, vertendo ao circuito do desejo inconsciente.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DO CAMPO FREUDIANO (Org.). **Pertinências da psicanálise aplicada**: trabalhos da Escola da Causa Freudiana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BERGÈS, J.; BERGÈS-BOUNES, M.; CALMETTES-JEAN, S. (Org.). **O que aprendemos com as crianças que não aprendem?** Porto Alegre: CMC, 2008.
- CABAS, A. G. **O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan**: da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.
- COUTINHO, L. G.; ROCHA, A. P. R. Grupos de reflexão com adolescentes: elementos para uma escuta psicanalítica na escola. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 71-85, 2007.
- ECO, U. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FREUD, S. **Análise terminável e interminável**. Rio de Janeiro: Imago, 1996g. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 23).
- _____. **Conferência XXXIV**: Explicações, aplicações e orientações. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 22).
- _____. **Contribuições para uma discussão acerca do suicídio**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 11).
- _____. **Os instintos e suas vicissitudes**. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14).
- _____. **As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 11).
- _____. **Prefácio a juventude desorientada, de Aichhorn**. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1996e.
- FREUD, S. **Sobre a psicoterapia**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 7).
- HESÍODO. **Teogonia**: trabalhos e dias. São Paulo: M. Claret, 2010.
- KUPFER, M. C. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989. (Série Pensamento e Ação no Magistério, v. 14).
- _____. **Educação para o futuro**: psicanálise e educação. São Paulo: Escuta, 2001.
- LACAN, J. **O seminário**: livro 7 – a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar 1997.
- LAJONQUIÈRE, L. **Figuras do infantil**: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. **Infância e ilusão (psico) pedagógica**: escritos de psicanálise e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MATTOS, S. A disponibilidade do analista. **Correio**: revista da Escola Brasileira de Psicanálise, São Paulo, n. 42, p. 19-26, 2003.
- MENARD, A. Furar a instituição. In: MATET, J. D.; MILLER, J. (ORG.). **Pertinências da psicanálise aplicada**. Trabalhos da Escola da Causa Freudiana. Rio de Janeiro: Forense, 2007. P. 98-108.
- MEZAN, R. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MILLER, J-A. Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia. **Phoenix**: revista da Delegação Paraná da Escola Brasileira de Psicanálise, Curitiba, n. 3, p. 9-44, 2001.
- MOURA, F.; SILVA, T. E. A educação clínica como metodologia pedagógica: investigação sobre a aplicação da psicanálise na área educacional em Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 265-291, 2009.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUINET, A. **A descoberta do inconsciente**: do desejo ao sintoma. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

SANTIAGO, A. L. **A inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

STEVENS, A. A instituição: prática do ato. In: ASSOCIAÇÃO DO CAMPO FREUDIANO (Org.). **Pertinências da psicanálise aplicada**: trabalhos da Escola da Causa Freudiana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

VOLTOLINI, R. A relação professor-aluno não existe: corpo e imagem, presença e distância. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 8, n. esp., p. 119-139, 2007.